

CGM-RJ é anfitriã do X CONACI



O Rio de Janeiro foi sede do X Encontro Nacional de Controle Interno (CONACI), realizado nos dias 20 e 21 de agosto, no Centro de Convenções SulAmérica do Rio de Janeiro. O X CONACI reuniu gestores estrangeiros e brasileiros de todos os estados da Federação e da maioria das capitais.

O evento, que congregou mais de 500 participantes, foi classificado como “um grandioso momento” pelo controlador-geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti.

Segundo Antonio Cesar “a sociedade encontra-se cada vez mais ativa no combate à corrupção e, com isso, tornam-se cada vez mais importantes os órgãos

de controle de diversos estados, capitais e municípios do interior”.

A mesa de abertura contou com as participações do secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Ruy Barbosa; do coordenador residente do Sistema de Nações Unidas no Brasil e representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil (PNUD), Jorge Chediek; do subprocurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem; do chefe-adjunto da Regional da Controladoria-Geral da União do Rio de Janeiro, Valmir Gomes Dias; e do presidente do CONACI e da Corregedoria-Geral do Estado de São

VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

Entrevista

O representante-residente do PNUD, Jorge Chediek, fala sobre transparência, leis que evitam a corrupção e os deveres da população para evitar as fraudes

página 3

Artigo

Professora de Finanças Públicas, Orçamento e Direito Econômico da USP, Ana Carla Bliacherini, discute sobre Controle Interno e Estratégias Anticorrupção

página 4

Aconteceu

Programa Conhecendo a Prefeitura da CGM recebe Gustavo Coutinho Faria, assessor da Presidência da Empresa Olímpica Municipal

página 9

Paulo, Gustavo Ungaro. Além de ser o anfitrião do evento, o controlador-geral do Município, Antonio Cesar, representou o prefeito Eduardo Paes na mesa de abertura.

Soma de esforços



Na mesa de abertura, o anfitrião Antonio Cesar Lins Cavalcanti dá boas vindas aos participantes do CONACI

Ruy Barbosa destacou que seu papel como gestor público é responder ao desafio proposto pela sociedade, que cada vez cobra mais a aplicação de práticas e parcerias estratégicas que visam ao combate da corrupção.

Valmir Gomes afirmou que o principal objetivo do CONACI é fazer os gestores aprimorarem seus instrumentos cotidianos de controle interno e “evitar erros que já aconteceram no passado e desvios de conduta que possam acontecer novamente”. No entanto, classificou o desafio como grande, “do tamanho do Brasil”.

Chediek confirmou que é necessário lutar pelo desenvolvimento e, para tal, o melhor mecanismo é um “governo democrático e efetivo” e a “ação pública”. “Nesse contexto, o pior inimigo é a corrupção”. Acrescentou que a corrupção “não é roubar do Estado, e sim subtrair dos recursos escassos do povo”.

Gussem destacou o grande número de interessados presentes no evento e as “diversas iniciativas que estão sendo levadas para o Ministério Público com o objetivo de fomentar debates sobre boas práticas administrativas”.

O presidente do CONACI, Gustavo Ungaro, falou sobre o “atual momento de soma de esforços das nações visando a enfrentar diversas modalidades de práticas ilícitas”. Em sua opinião, “já passa da hora de o Congresso Nacional fazer consignar no texto supremo que o Controle Interno situa-se como função essencial da Administração Pública, cujas atividades devem ser desempenhadas por profissionais preparados, bem selecionados e respaldados por carreiras

técnicas, capazes de propiciar que suas principais macrofunções (de auditoria, correição, ouvidoria e controladoria) sejam exercidas de modo a atingir a finalidade almejada”.

Lei da Empresa Limpa

O ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, proferiu palestra sobre a Lei da Empresa Limpa (Lei 12.846/13), em mesa coordenada pela controladora-geral do Estado de Alagoas, Rosa Maria Tenório. Em seu discurso, o ministro afirmou que o Brasil “não tem tradição de transparência, e sim de sigilo”, mas que a nova Lei pode dar “início a importantes mudanças na sociedade brasileira”, ao preencher lacunas como o alcance direto do corruptor pessoa jurídica e ao patrimônio da empresa, pela via administrativa e judicial. “A lei agirá como facilitador da investigação dos ilícitos, especialmente pela colaboração da empresa, via acordo de leniência.”

Segundo Hage, é a empresa quem deve responder pelo delito de qualquer empregado, representante ou subcontratado que pratique o ato ilícito em seu nome – mesmo que não esteja ciente do acontecimento. “Isso promove maior fiscalização... em qualquer deslize de empregados, é a empresa que responde com seu próprio patrimônio”, resumiu.



Hage: “A empresa deve responder com seu patrimônio pelo delito de qualquer empregado”.

“Jeitinho Brasileiro”

Na mesa coordenada por Tatiana Silva da Cunha Pifer, auditora-geral do Estado do Mato Grosso do Sul, a conferência intitulada “Estratégias anticorrupção” foi ministrada pelo subprocurador-geral da República e coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Nicolao Dino. Segundo ele, a corrupção é um fato social que aflige o Brasil. “Falar sobre a corrupção é falar de nosso cotidiano”.

(continua na pág. 6)

Jorge Chediek



Jorge Chediek é representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e coordenador residente do Sistema ONU no Brasil desde 2010.

Qual a expectativa sobre as novas leis que estão sendo aprovadas no Brasil para garantir maior transparência e apoio aos órgãos de controle?

Não pretendemos fazer comentários sobre a legislação específica do Brasil. O que ressaltamos é a relevância do combate à corrupção, um grande inimigo das instituições democráticas. É muito importante que os organismos de controle sejam fortes e tenham bons instrumentos para cumprir sua missão, mas, ao mesmo tempo, se faz necessária uma mudança cultural.

Em que sentido?

No sentido de que a corrupção não seja aceitável pela população. É fundamental também que os sistemas de

Isto é suficiente?

Não. A chave para a transparência é o engajamento da população e isto ainda não está acontecendo no Brasil. Muitas informações estão disponíveis nos portais desenvolvidos pelo setor público, mas a população não se engaja ativamente na construção de instituições mais fortes.

Qual o custo da corrupção para a cidadania?

O retraimento das pessoas em relação à política. Também a deterioração da administração pública, já que com desvio de recursos a população não recebe bens e serviços na qualidade proporcional aos impostos que dela são recolhidos. Neste sentido, o engajamento da população é enfraquecido e cria-se um ceticismo em relação à política, por isso é tão importante que a luta contra a corrupção seja central na gestão pública.

Como são o kit anticorrupção na saúde e a auditoria social, que o Pnud pretende implantar também no Brasil?

São metodologias que o PNUD desenvolveu em outros países latinoamericanos. O manual anticorrupção foi testado e analisado em São Paulo, sendo posteriormente adaptado à realidade brasileira. Foi um trabalho interessante, com a participação direta dos gestores do setor saúde. Mais de 500 deles fizeram propostas de como adaptar esses modelos, que são muito fortes metodologicamente para a realidade de

O custo da corrupção para a cidadania é o retraimento das pessoas em relação à política

gestão pública sejam eficazes e eficientes para permitir que os gestores desenvolvam suas tarefas em total plenitude. Sabemos que o CONACI tem um compromisso muito forte com o combate à corrupção e também o governo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, pois a luta contra a corrupção é essencial para a consolidação da democracia.

Vários especialistas associam a corrupção com a desigualdade social. Qual o caminho para mudar a cultura da corrupção?

Que a corrupção seja punida politicamente. A Lei da Ficha Limpa, recentemente aprovada, foi um avanço no sentido de que a corrupção pode limitar a carreira política de pessoas corruptas. Também os mecanismos de transparência que estão sendo implantados. O Brasil tem bons portais de transparência.

São Paulo. Isso vai ser compartilhado em um evento e oferecido para os demais estados e prefeituras, pois o setor saúde é chave.

Por quê?

Por que muitas vezes é o primeiro serviço do Estado que as pessoas conhecem. Então, é muito importante que haja transparência na saúde.

O que é auditoria social?

Uma auditoria que não é feita apenas pelos órgãos de controle, mas também pela população, que passa a ter condições de fazer queixas e apresentar soluções, de participar desde o início da formulação de políticas públicas. É uma ferramenta que estimula a participação da sociedade. A auditoria social ainda está sendo discutida com o CONACI, que poderá ser pioneiro nesta iniciativa no Brasil.

Controle Interno da Administração e Estratégias Anticorrupção

Ana Carla Bliacherieni



Professora de Finanças Públicas e Orçamento e Direito Econômico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP. Livre-docente em Direito Financeiro pela Faculdade de Direito da USP (2013). Mestre e Doutora em Direito Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002 e 2006). Graduada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1998). Com foco de atuação no Direito Público, tem se dedicado ao estudo da implementação de políticas públicas por meio do Direito, controle e transparência do Estado e da administração pública, judicialização das políticas públicas de saúde, gestão da saúde (SUS e Saúde Suplementar), pesquisa empírica aplicada ao Direito e Direito e Desenvolvimento.

1. Fundamento Constitucional e Legal

O modelo de controle interno acolhido no Brasil encontra suas origens na implantação do modelo weberiano da administração pública da primeira metade do século XX. Mas foi na Constituição de 1988 que adquiriu as características atuais. Seus artigos 70 e 74 fizeram referência expressa à necessidade de se constituir um sistema de controle interno em cada poder que deverá realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas e tem como finalidade, dentre outras coisas:

- I- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- III- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Constituição e suas emendas inauguraram uma nova ideia da administração. O artigo 37 ancorou os princípios que devem reger toda atuação pública e o

fez com uma mnemônica sugestiva: LIMPE (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). E no desejo de limpar a administração pública de tudo aquilo que seja indesejável, elegeu a transparência como espinha dorsal da nova administração pública. Seguiram o rastro da Constituição - alguns anos depois, é fato - as Leis de Acesso à Informação (nº 12.527-2001); Lei da Transparência Fiscal (nº 12.741-2012); Lei Anticorrupção (nº 12.846-2013) que já são marcos transformadores da relação entre gestor e coisa pública e entre cidadão e Estado.

Cada ente federativo deverá, no exercício da sua autonomia constitucional, regulamentar e fortalecer seus sistemas internos de controle, provendo a administração pública local de meios preventivos e repressivos para garantir uma melhor gestão pública. A administração pública federal já se encontra bem avançada na institucionalização da Controladoria Geral da União, realidade infelizmente distante para alguns Estados e a grande maioria dos municípios.

De todas as lei referidas, desperta-me especial atenção a chamada Lei Anticorrupção e todas a atribuições investigativas e punitivas, que conferiu aos órgãos de controle interno dos três níveis da Federação. A priori parece interessante, mas devemos atentar que conferir atribuições, recheadas de poderes, sem promover os meios adequados para a criação e fortalecimento do órgão de controle interno, além de gerar desapontamento entre os servidores destas áreas e também entre aos cidadãos, mais parece um novo "presente de grego" aos municípios, que receberão mais uma atribuição (esta de altíssimo porte e valor social) sem o respectivo suporte financeiro e administrativo para exercê-la à altura das expectativas sociais.

2. Sistemas de Controle Interno como auxiliar da gestão

Sistemas de Controle Interno são um conjunto de partes interdependentes, que compartilham informações, que visam a garantir a hignez da gestão pública e da execução orçamentária, bem como a qualidade crescente dos serviços públicos prestados. Assim, atualmente é visto como voltado para a governança da organização, não se adequando a conceito já ultrapassado de controle exclusivamente de legalidade estrita ou de adequação contábil do ato à norma contábil.

O foco nos resultados e os avanços na estruturação do orçamento-programa deram ao controle interno o papel de monitoramento de políticas públicas, relegando o papel fiscalizatório (repressor) a um segundo plano em relação à sua dimensão gerencial e preventiva, que passa a ser a de maior relevância. Surgem, com mais vigor, as expressões Prevenção e Compliance no lugar de Repressão e Punição.

Em sua nova concepção, o sistema de controle interno se transforma em um elo entre a execução e o planejamento das políticas públicas. A programação orçamentária adquire protagonismo no sentido de fornecer os parâmetros para a futura avaliação de resultados da implementação das políticas públicas. Eficácia, eficiência, efetividade e economicidade passam a fazer sentido quando possam ser aferidas em conjunto, a partir de resultados visíveis e previamente pactuados, já no planejamento das políticas públicas.

A aferição da mera legalidade divide espaço com a noção de governança das organizações públicas e o mapeamento dos fluxos dos processos

combate específico à corrupção, me parece que esta seja uma macrofunção que não deva ser ignorada

3. E a repressão à corrupção?

Permitam-me a informalidade para referir-se a um adágio popular que assevera que “passarinho que se apadrinha com morcego, amanhece de cabeça para baixo”. Um sistema de controle interno será ótimo quando for extremamente eficiente para evitar o ato de corrupção, ou seja, quando os mecanismos de prevenção forem altamente eficazes. Toda punição à corrupção representa uma falha nos sistemas de controle interno. Significa “correr atrás do prejuízo”. Mas, com isso, não queremos dizer que os órgãos de controle interno que detectam e coíbem a corrupção são piores. Feliz de nós, cidadãos, se tivermos bons sistemas de controle interno que alcancem e punam o ato de corrupção.

Um sistema de controle interno bem estruturado será capaz de rastrear os atos de corrupção a partir

Um sistema de controle interno será ótimo quando os mecanismos de prevenção forem altamente eficazes

organizacionais, bem como dos riscos institucionais.

Nesse sentido, o modelo COSO, inicialmente desenhado e implantado para prover acionistas minoritários de transparência suficiente, para diminuir a assimetria de informações no mercado de capitais, passou a ser estudado como um mecanismo eficaz para arrefecer os elementos indesejáveis da relação principal/agente, que também pode ser vislumbrada nas relações entre gestores (políticos) e cidadãos.

Deseja-se, atualmente, um sistema de controle interno que acompanhe a governança, que inclua o bom acompanhamento do planejamento da organização pública e de suas atividades-fim, bem como cuide da execução orçamentário-financeira, sem se restringir a esta. A principal limitação deste modelo de governança é o de prover uma boa visão da floresta em detrimento de se enxergar muito bem a árvore, o que é essencial no combate à corrupção.

Não obstante isto, há uma clara tendência das organizações públicas, liderada pela CGU, de criar sistemas simples, porém completos (não exclusivamente financeiros) e não pulverizados em várias unidades autônomas de poder que não trocam informação dentro da organização. Este modelo pressupõe a existência de quatro macrofunções (auditoria, ouvidoria, correição e prevenção). A estas quatro macrofunções eu acrescentaria uma quinta que entendo essencial, a da ética. Atualmente, a maioria das organizações públicas ou privadas detêm um Código de Ética institucional para atender àquelas situações limítrofes entre a legalidade e a infração ética. No

dos rastros aparentes que deixa, o que nem sempre é fácil. Assim, ainda que não consiga identificar quem sejam os morcegos ou quais sejam os passarinhos, saberá identificar quem está de cabeça para baixo, o que é suficiente para melhorar os processos da gestão pública e prevenir novos atos de ilegalidade. Uma vez identificado o ilícito, o sistema de controle interno deverá estar apto para:

- I- iniciar um processo administrativo de apuração;
- II- representar aos Tribunais de Contas, sob pena de responder solidariamente pelo dano gerado ao erário público;
- III- representar ao Ministério Público;
- IV- uma vez identificado o prejuízo ao erário, lavrar o respectivo boletim de ocorrência e, por fim,
- V- aplicar as medidas correcionais e administrativas cabíveis.

Como conclusão, destacamos que se de um lado há limites à competência da administração pública para investigar e punir o crime de corrupção, a Constituição Federal e as leis já referidas lhe imprimem o dever de aparelhar mecanismos efetivos de controle para diagnosticá-la e julgá-las administrativamente. As cinco macrofunções dos sistemas de controle interno (as controladorias), devidamente aparelhadas e com produção de informação confiável, efetivo setor de inteligência, com instrumentos de TI adequados, podem ajudar os gestores dos três níveis da federação a cumprir este dever legal da boa administração pública.

(continuação da pág.2)



Dino: "O jeitinho brasileiro não passa de uma aceitação social da corrupção".

Para o subprocurador, as causas da corrupção são múltiplas e incluem a falta de transparência do Estado e sua visão patrimonialista, a concentração de poderes e a falta de percepção do que é público e do que é privado. Ele destacou que a sociedade brasileira não cuida de seus deveres e nem cobra por seus direitos. "O cidadão médio tem dificuldade em perceber que o que é público lhe pertence e que ele deveria ser o principal fiscal sobre o que é seu. Essa baixa percepção de seus direitos acaba por potencializar ainda mais a corrupção", comentou, acrescentando que tal fato acaba ganhando o nome de "jeitinho brasileiro", o que não passa de uma "aceitação social da corrupção".

Dino defendeu o financiamento público de campanhas, o que inibiria a formação do chamado "caixa dois", que classificou como "a antessala da corrupção", e o aumento da publicidade em relação à vida pública para prevenir a corrupção e dar visibilidade às punições.

Monitoramento



Spinelli destacou a importância do combate à lavagem de dinheiro

Com a coordenação do controlador-geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, o evento prosseguiu com o painel sobre "O monitoramento da evolução patrimonial dos agentes públicos: ferramenta contra a impunidade".

Esta etapa teve as participações do controlador-geral do Município de São Paulo, Mário Vinícius Claussen Spinelli; do promotor de Justiça do Grupo Especializado de Combate a Crimes Financeiros do Ministério Público do Estado de São Paulo, Roberto Victor Anelli Bodini; e da procuradora regional da República da 4ª Região, Carla Veríssimo de Carli.

Spinelli falou sobre o monitoramento e o combate à fraude, e a importância do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Segundo ele, o monitoramento de análise patrimonial é uma ferramenta que possui "grande potencial para detectar a corrupção". Ele citou o caso da Controladoria-Geral do Município de São Paulo, criada no ano passado como promessa do prefeito do Município, Fernando Haddad, cujo serviço de investigação teve relevante impacto positivo no curto prazo, uma vez que a cidade é atingida incessantemente por escândalos de corrupção. "São Paulo não tinha nenhum controle", definiu.

No mesmo painel, Bodini falou um pouco sobre o caso conhecido como "Máfia dos Fiscais do ISS", que aconteceu na Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo. "Quando começamos a trabalhar com a Controladoria, detectamos fatores que facilitavam a corrupção", disse, acrescentando que a investigação foi uma bem sucedida parceria do Ministério Público com a Controladoria. Bodini afirmou ainda que "não basta identificar o ato ilícito, e sim ir atrás de sua origem".

Carla Veríssimo abordou o tema do enriquecimento ilícito de agentes públicos que, apesar de ser considerado como ilícito civil, não é considerado crime. No entanto, de acordo com a procuradora, há alguns projetos de lei que pretendem incriminar esse tipo de prática.

Em mesa coordenada por Luiz Paulo Freitas Pinto, auditor-geral do Estado do Rio Grande do Sul, o secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira falou sobre "Governança Pública, indicadores e controle". Para ele, a governança no setor público precisa por em prática "mecanismos de liderança estratégica e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas a conduzir políticas públicas e prestação de serviços de forma a atender os interesses da sociedade".

Após o término dos debates do primeiro dia, os participantes do X CONACI se reuniram para o coquetel de lançamento da revista Sob Controle, do Sindicato dos Auditores do Distrito Federal.

Legislação anticorrupção

Na abertura do segundo dia do evento, o auditor-geral do Estado do Rio de Janeiro, Eugenio Machado, resumiu os principais temas abordados no dia de anterior e deu início ao primeiro painel, que tratou das "Leis Anticorrupção e de Acesso à Informação", e que ficou a cargo do professor da Fundação Getúlio Vargas

(FGV), Robert Gregory Michener, canadense, que relatou pesquisa realizada neste ano pela FGV sobre a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI).



Michener: "Nos anos 90, a palavra Transparência não estava ligada à administração pública".

Ao ser indagado se a LAI se tornará uma lei "que vai pegar" no país, Michener foi enfático ao dizer que "a LAI vai pegar por não ser somente emblemática como lei, mas também por que vai ser demandada pela sociedade, ainda mais quando pensamos que atualmente a sociedade encontra-se cada vez mais conectada à Internet e às redes sociais". Segundo Michener, "cabe um novo paradigma. Se observarmos, nos anos 90, a palavra Transparência não estava ligada à administração pública".

Empresa Limpa

O secretário executivo da Controladoria-Geral da União, Carlos Higino, comentou que várias normas têm surgido nas últimas duas décadas, com impacto positivo sobre o controle. "A Lei da Empresa Limpa é muito recente, mas vai ser muito importante", comentou o secretário, classificando-a como um "marco regulatório da sociedade civil", especialmente por que as sanções serão pesadas. A mesa foi coordenada por Sílvia Vidal, secretária-chefe da Controladoria-Geral e da Ouvidoria Geral do Estado do Pará.

Higino ressaltou que consegue ver uma grande mudança no âmbito federal em meados dos anos 90, com o surgimento e reconhecimento por parte do controle da administração que é a sociedade. "Antigamente o controle era muito focado em si mesmo. A sociedade mudou o jeito do controle de atuar na administração pública, mesmo nas áreas mais tradicionais" disse.

Todos no mesmo barco

Numa das palestras mais concorridas do evento, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Nardes, enfatizou a importância da educação e da eficácia na gestão dos recursos públicos para que os impostos pagos pela sociedade se convertam

em serviços públicos de boa qualidade. "No que tange ao investimento público, o maior nível de execução orçamentária se refere à Defesa Nacional, com apenas 53%. Esse baixo índice reflete a falta de capacidade de gestão do setor público", disse, referindo-se ao Orçamento Federal.

Nardes apontou para o peso crescente das despesas com juros da dívida pública federal e Previdência Social, pressionada pelo envelhecimento da população. Além da educação e qualificação profissional, o ministro destacou a relevância da governança baseada em Tecnologia da Informação (TI), que permite, inclusive, a troca de informações em nível internacional.

"O país carece de um pacto pela governança", resumiu, defendendo também a instituição de mandatos nos órgãos de controle para que estes ganhem autonomia para o desempenho de suas funções. "Estamos todos no mesmo barco, que é o Brasil. De certa forma, a importância que o país tem para o continente faz com que estejamos no mesmo barco também na América Latina", disse.



Nardes: "O país carece de um pacto pela governança".

Apesar de alguns setores estarem avançando lentamente – como o de infraestrutura e de inclusão social (especialmente com o Bolsa Família), o ministro ressaltou algumas falhas, como é o fato do setor de educação ser muito carente em investimentos. "É preciso fazer auditorias para saber se o que foi entregue de forma adequada apresentou retorno para a sociedade E o famoso jeitinho brasileiro deve ser extinto".

Prevenção

O último bloco do X CONACI foi iniciado com o painel "As macrofunções do controle interno na prevenção da corrupção", que contou com as presenças de Ana Carla Bliacheriene, especialista em Gestão Orçamentária e professora livre docente de Finanças e Orçamento da USP, e de Edson Vismona, presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman. A coordenação da mesa ficou a cargo do auditor-geral do Estado do Pará e primeiro vice-presidente do CONACI, Roberto

Paulo Amoras.

“Este evento está cuidando do papel dos senhores no combate à corrupção. Mas não adianta às Ouvidorias terem só as quatro macrofunções, como também é preciso ter Inteligência e serviços de Tecnologia de Informação”, acrescentou Bliacheriene, que também destacou a prática da Lei Anticorrupção. “Vemos no Brasil uma descrença muito grande em relação às instituições. Se tivéssemos um Judiciário julgando de forma justa e adequada, o desestímulo à corrupção aconteceria de forma mais rápida e eficaz”, concluiu.



“Um judiciário mais eficaz aumentaria a confiança nas instituições”, defende a professora Ana Carla.

Poder para o cidadão

Em seguida, o presidente da Associação de Ouvidores, Edson Vismona, destacou a visão deturpada da sociedade de “ter vergonha de reclamar do serviço público, uma vez que supostamente o serviço público é algo fornecido de graça”. Para ele, essa visão termina por afetar os governantes, “que começam a achar que assumir um cargo público é um privilégio e que eles precisam ser tratados como autoridade, como excelência”.

Enfatizou que “temos uma larga tradição de acreditar que o Estado se basta, tem seus próprios interesses e que o cidadão é um detalhe nesse processo”. Para Vismona, é necessário dar um empoderamento ao cidadão para que ele efetivamente assuma seus direitos. No entanto, o executivo acredita que “nossa infraestrutura ainda não está preparada para esse processo”, mas finalizou afirmando que “quem não administra o que é seu tem a obrigação de prestar contas”. “A grande revolução brasileira ainda é colocar nossas leis em prática”, concluiu.

Banco Mundial

O último painel do X CONACI, intitulado “Articulação internacional por controle de transparência” foi coordenado por Fellipe Mamede, secretário municipal

de Controle Interno de Maceió e 2º vice-presidente do CONACI. Entre os participantes, Erica Massimo Machado, oficial de programa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Maria João Kaizeler, especialista em Gerenciamento Financeiro do Banco Mundial e Matt Woods, cônsul-geral adjunto do Reino Unido no Brasil.

Mamede afirmou que os dois dias do CONACI foram bastante ricos, passando a palavra para Erica Massimo, que iniciou sua apresentação informando a presença do Programa em mais de 170 países e territórios. Ela prosseguiu dando exemplo da experiência do PNUD na prevenção à corrupção e frisou que a participação social é importante na construção de todo o processo.

Em seguida, Wood, destacou a importância desses temas para o governo do Reino Unido, e deu detalhes de projeto que está montando com o Governo de São Paulo, o “Improving Business Environment Through Transparency in São Paulo state”.

“A corrupção é um problema mundial. É um assunto que precisa ser tratado globalmente. Nós do Reino Unido estamos aqui no Brasil para colaborar”. São dois os objetivos do projeto: compartilhar dados e implementar a lei anticorrupção.

Maria João afirmou que “a ambição do Banco Mundial é trabalhar em parceria com países em desenvolvimento para reduzir a pobreza com o desafio de apoiar a construção de um ambiente favorável para os investimentos, além de gerar empregos e promover o crescimento sustentável”. Contudo, ressaltou que os “baixos níveis de governança e os altos níveis de corrupção acabam por anular a principal missão do Banco Mundial”.



O último painel do CONACI tratou da “Articulação Internacional por Controle de Transparência”

Encerramento

Ao encerrar o evento, o controlador-geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, agradeceu a presença dos participantes, ressaltou a qualidade dos debates e lembrou a 12ª Reunião Técnica do CONACI, que ocorreria no dia seguinte.



“Intervenções para as Olimpíadas” são tema de palestra do Programa Conhecendo a Prefeitura, da CGM

O programa Conhecendo a Prefeitura, realizado no dia 30 de setembro, com o tema “As Intervenções da Prefeitura para as Olimpíadas de 2016”, contou com a palestra de Gustavo Coutinho Faria, assessor da presidência da Empresa Olímpica Municipal. Cerca de 60 participantes estiveram no auditório do CASS.

Gustavo Faria destacou a visibilidade e os desafios que os Jogos Olímpicos trazem para o Rio. Aproveitou para afirmar que os Jogos 2016 são bem mais democráticos do que a Copa do Mundo. “Todos os holofotes estão voltados para o Rio. Há uma responsabilidade e visibilidade muito grande para a cidade, o que representa um grande desafio e um nível maior de cobrança. Os números são extraordinários quando comparados com os da Copa do Mundo 2014”, disse.



“O Explicador”

Faria ressaltou que o legado olímpico não é só o que ficará para depois das Olimpíadas, mas também as diversas mudanças que a cidade já está sofrendo desde que foi eleita a sede do evento - especialmente na área de mobilidade urbana, com projetos como a Transoeste - BRT, a linha 4 do metrô, duplicação do Joá, entre diversos outros que encontram-se em fase de desenvolvimento e devem ficar prontos antes dos jogos. Ele pediu que essa ideia seja disseminada e comentou sobre o vídeo “O Explicador” (www.oexplicador.com.br), no qual diversas dúvidas da população são tiradas de forma bem-humorada.

“O Rio optou por um modelo parecido com o de Barcelona, no qual a cidade se apropria dos Jogos, usa o máximo de aparelhos possíveis, constrói o mínimo de estádios e gasta o mínimo de dinheiro público, usando-o somente para melhorias na cidade como um todo (o legado)”, disse.

CG/ATRIC promove treinamento sobre o Manual de Normas e Procedimentos para Administração Direta



Aconteceu no fim de setembro o treinamento “Manual de Normas e Procedimentos”, no anexo do CASS, com organização da SMA e a capacitação promovida pela CG/ATRIC. O treinamento, que contou com cerca de 50 servidores, teve como objetivo apresentar as rotinas do Manual de Normas e Procedimentos do Controle Interno a fim de auxiliar a formação processual das despesas.

[ÁGORA]RIO
MUITAS IDEIAS. UM SÓ [DESAFIO]

A Prefeitura lançou na primeira quinzena de setembro o Desafio Ágora, plataforma colaborativa para discutir com o cidadão as políticas públicas da cidade. O objetivo é criar uma espécie de rede social que permita a interatividade entre as secretarias e órgãos municipais e o cidadão, que poderá dar ideias a cada novo desafio. O primeiro já está no ar e pergunta “Como os Jogos Rio 2016 podem trazer ainda mais benefícios para a cidade e a população?”. Acesse: www.desafio-agora.com.br

AGENDA



Vem aí a 13ª Reunião Técnica do CONACI a ser realizada em Recife, Pernambuco, que acontecerá em novembro.

Link: <http://conaci.org.br/>



CONACI filia dois novos membros



A 12ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (RTC), que aconteceu no dia 22 de agosto, na sede da Secretaria Estadual da Fazenda do Rio de Janeiro, teve início com a filiação de dois novos membros: as capitais Aracaju e Belo Horizonte. O CONACI passou então a reunir um total de 13 capitais e 25 estados da Federação e Distrito Federal, além da União, totalizando 40 membros. Mais informações no link: <http://conaci.org.br/12a-reuniao-tecnica-comeca-com-filiacao-de-dois-novos-membros/>

Programa de Visitas recebe 16 municípios fluminenses

A Controladoria Geral do RJ, no dia 12 de setembro, recebeu 40 representantes de organizações de 16 municípios do Estado do Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Nova Friburgo, Petrópolis, Pinheiral, Resende, Rio das Ostras, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Sapucaia e Volta Redonda.

O objetivo da visita foi mostrar o funcionamento da CGM-RJ e discutir temas relativos às áreas técnicas vinculadas à Subcontroladoria Integração e Controle (SIC); Coordenadoria Geral de Diretrizes e Informações (CGDI); Contadoria Geral (CTG) e Auditoria Geral (ADG).

Esta forma inédita de atuação do Programa de Visitas da CG/ATRIC, que recebeu vários técnicos de prefeituras distintas em um mesmo dia, visa a atender um número maior de solicitações, além de fomentar a troca de informações entre organizações de controle que têm participado dos Encontros de Órgãos de Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro – EOCIM-RJ.

Piraí sedia 3º EOCIM-RJ



Aconteceu no dia 26 de setembro, em Piraí, o 3º Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro - EOCIM-RJ.

O evento ocorreu na Secretaria de Educação e deu continuidade aos temas elaborados e discutidos nos encontros anteriores em Piraí e Nova Friburgo, com as presenças do controlador-geral do município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, do controlador interno de Resende, Ludemar Pereira, e da coordenadora de controle interno de Piraí, Lenilda Braga.

Uma palestra com o auditor-geral do Estado do Rio de Janeiro, Eugênio Manuel da Silva Machado, expôs o funcionamento da Auditoria-Geral do Estado, demonstrando sua estrutura e funcionamento.

A coordenadora de controle interno de Piraí, Lenilda Braga, destacou a relevância do Encontro e salientou a satisfação de sediá-lo.

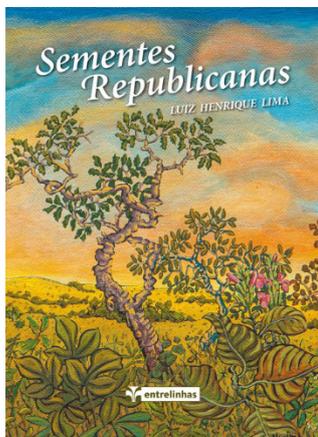
“É muito importante, principalmente para Piraí estar sediando estes encontros. Afinal, nosso maior propósito é estar afinando o Controle Interno para benefício da sociedade. O Controle Interno age como órgão fiscalizador garantindo a realização do plano de governo”, assegura a coordenadora.

O controlador-geral do município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, ressaltou que pôde “ter a possibilidade de observar a evolução do processo dos encontros e a introdução de questões técnicas e do dia a dia do serviço”.

O controlador interno de Resende, Ludemar Pereira, participou de todas as atividades do grupo até agora e afirma que os encontros têm sido muito positivos.

“Estou achando ótimo e muito importante essa interação dos órgãos da região. Espero que daqui saiam propostas para que a gente consiga estruturar melhor nosso trabalho dentro do possível e aceitável”, avalia o controlador.

Luiz Henrique Lima traça panorama do controle na administração pública



Sementes Republicanas
1ª edição
de Luiz Henrique Lima
Editora Entrelinhas
272 páginas
13,8 x 20,7 cm
ISBN: 9788579920677

Temas do cotidiano comentados pelo economista, professor universitário, articulista e também conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Luiz Henrique Lima estão em seu novo livro: “Sementes Republicanas”.

Com ele, o autor vai além da atuação na academia e no Tribunal de Contas e apresenta as dificuldades de um país que busca consolidar a democracia em sua história recente, mas que também possui algumas características que o tornam um lugar agradável para se viver, encerrando cada artigo com um tom esperançoso.

Lima escreve artigos para a imprensa desde sua atuação na vida pública, no Rio de Janeiro, quando foi vereador (de 1983 a 1986), deputado estadual em duas legislaturas (de 1987 a 1994) e ainda secretário de Estado de Administração e de Saneamento e Recursos Hídricos.

“Percebi que alguns artigos escritos há alguns anos atrás ainda faziam sentido nos dias atuais que determinados temas podem ser puramente circunstâncias, mas outros trazem uma abordagem mais perene. Daí veio a ideia de fazer um apanhado desses artigos e reunir em um livro”, conta o autor que passou a dedicar a temas mais técnicos depois que ingressou por concurso público no Tribunal de Contas da União (TCU), como auditor, e depois como conselheiro substituto, no TCE-MT.

O nome que intitula a obra, *Sementes Republicanas*, é uma referência à força das metáforas bíblicas que já foram consideradas, em outros tempos, como códigos de conduta e até mesmo como leis que deveriam ser seguidas à risca.

A coletânea de artigos é organizada por eixos temáticos que são temas amplos onde o autor traz uma defesa ao ideal da democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente, ao controle externo e também economia e gestão pública, educação e cultura, Brasil e

mundo. O debate sobre questões internacionais é trazido a partir de três importantes personalidades do mundo contemporâneo: Nelson Mandela, Papa Francisco e o presidente do Uruguai, José Mujica. Seja em relação às questões dos direitos humanos, do meio ambiente ou da democracia, o autor explica que “faz uma aposta de esperança”.

Sementes Republicanas é um passeio intelectual e biográfico de um autor que não se fecha para reflexões e está dedicado em semear ideias, com esperanças de que possam vir a encontrar mentes férteis para florescer as discussões e novas possibilidades.

Revista para servidores é lançada no X CONACI



A revista *Sob Controle* foi lançada pela diretoria do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal (SINDIFICO) no X CONACI, que aconteceu no dia 20 de agosto, no Rio de Janeiro. Esta primeira edição tem por objetivo apresentar a carreira Auditoria de Controle Interno e demonstrar como atua e se estrutura no âmbito distrital.

Traz também entrevistas e reportagens com temas de interesse para os profissionais que atuam na atividade de controle interno.

A *Sob Controle* será distribuída gratuitamente para os servidores da carreira e para os órgãos e entidades que trabalhem em prol do controle interno no Brasil.



Equipe do SINDIFICO comemora lançamento da revista

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativos LRF

Balanco Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a Agosto 2014/ Bimestre Julho-Agosto.

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	ago-13	ago/14	Em ago-13	Em ago/14	Até ago-13	Até ago/14	Em ago-13	Em ago/14
RECEITAS CORRENTES	20.811.928.144,00	22.697.895.817,00	1.498.197.373,27	1.658.810.744,88	14.118.634.701,47	14.134.658.711,66	6.693.293.442,53	8.563.237.105,34
Tributárias	8.401.251.105,00	8.956.686.886,00	631.516.450,23	677.469.165,37	5.801.508.542,08	6.103.936.972,94	2.599.742.562,92	2.852.749.913,06
Contribuições	2.623.425.911,00	2.829.120.670,00	204.502.276,35	235.890.021,62	1.594.614.937,85	1.817.291.740,35	1.028.810.973,15	1.011.828.929,65
Patrimoniais	994.636.616,00	1.380.119.605,00	60.022.960,35	65.535.847,80	430.756.995,49	549.147.191,94	563.879.620,51	830.972.413,06
Industrial	12.540.967,00	10.540.600,00	521.014,10	697.310,33	3.883.352,54	4.169.057,35	8.657.614,46	6.371.542,65
Serviços	336.795.419,00	389.031.175,00	24.334.315,89	23.376.011,71	260.780.150,09	222.461.817,18	76.015.268,91	166.569.357,82
Transferências Correntes	6.700.897.858,00	7.359.573.968,00	480.747.272,04	523.155.791,43	4.412.600.926,79	4.631.463.016,23	2.288.296.931,21	2.728.110.951,77
Outras Receitas Correntes	1.742.380.268,00	1.772.822.913,00	96.553.084,31	132.686.596,62	1.614.489.796,63	806.188.915,67	127.890.471,37	966.633.997,33
RECEITAS DE CAPITAL	2.700.668.382,00	4.475.521.906,00	27.483.595,81	237.980.849,10	562.360.471,98	1.286.980.065,36	2.138.307.910,02	3.188.541.840,64
Operações de Crédito	1.459.393.782,00	2.408.437.105,00	32.624.159,06	170.999.298,29	348.041.656,05	925.428.276,87	1.111.352.125,95	1.483.008.828,13
Alienações de Bens	250.204.664,00	437.092.485,00	321.300,00	418.000,00	14.691.244,93	86.880.032,35	235.513.419,07	350.212.452,65
Amort. de Empréstimos	126.156.842,00	91.488.165,00	(7.227.727,32)	11.081.703,87	53.190.680,59	56.438.820,95	72.966.161,41	35.049.344,05
Transferências de Capital	596.075.511,00	1.220.907.284,00	1.765.864,07	55.481.846,94	146.436.890,41	218.232.935,19	449.638.620,59	1.002.674.348,81
Outras Receitas de Capital	268.837.583,00	317.596.867,00	-	-	-	-	268.837.583,00	317.596.867,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	23.512.596.526,00	27.173.417.723,00	1.525.680.969,08	1.896.791.593,98	14.680.995.173,45	15.421.638.777,02	8.831.601.352,55	11.751.778.945,98
DESPESAS CORRENTES	(19.078.168.067,36)	(21.109.513.431,17)	(1.428.078.618,11)	(1.638.266.326,28)	(11.020.710.920,38)	(12.127.857.743,00)	(8.057.457.146,98)	(8.981.655.688,17)
Pessoal e Encargos	(10.494.904.346,92)	(12.210.661.387,12)	(847.156.603,07)	(914.228.153,56)	(6.442.666.064,13)	(7.378.632.884,65)	(4.052.238.282,79)	(4.832.028.502,47)
Juros e Encargos da Dívida	(589.595.025,00)	(669.732.444,00)	(41.112.736,50)	(48.923.797,66)	(358.361.264,55)	(413.020.179,62)	(231.233.760,45)	(256.712.264,38)
Outras Despesas de Correntes	(7.993.668.695,44)	(8.229.119.600,05)	(539.809.278,54)	(675.114.375,06)	(4.219.683.591,70)	(4.336.204.678,73)	(3.773.985.103,74)	(3.892.914.921,32)
DESPESAS DE CAPITAL	(4.753.183.554,64)	(6.766.110.319,38)	(308.804.972,14)	(267.725.019,94)	(1.315.694.742,10)	(1.507.512.116,29)	(3.437.488.812,54)	(5.258.598.203,09)
Investimentos	(4.255.455.079,87)	(5.908.179.806,36)	(160.114.712,98)	(226.642.340,17)	(991.738.786,11)	(1.084.953.074,87)	(3.263.716.293,76)	(4.823.226.731,49)
Inversões Financeiras	(191.122.138,77)	(479.769.307,02)	(75.911.092,99)	(10.887.512,68)	(79.757.768,28)	(195.998.185,89)	(111.364.370,49)	(283.771.121,13)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(306.606.336,00)	(378.161.206,00)	(72.779.166,17)	(30.195.167,09)	(244.198.187,71)	(226.560.855,53)	(62.408.148,29)	(151.600.350,47)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(332.288.203,56)	(309.630.494,22)	-	-	-	-	(332.288.203,56)	(309.630.494,22)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(24.163.639.825,56)	(28.185.254.244,77)	(1.736.883.590,25)	(1.905.991.346,22)	(12.336.405.662,48)	(13.635.369.859,29)	(11.827.234.163,08)	(14.549.884.385,48)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(651.043.299,56)	(1.011.836.521,77)	(211.202.621,17)	(9.199.752,24)	2.344.589.510,97	1.786.268.917,73	(2.995.632.810,53)	(2.798.105.439,50)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	171.284.601,45	462.437.029,48	-	-

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL
 NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.